

# A CASA E QUINTA DO PARAÍSO NA FOZ DO DOURO

## Nota Histórica

**José Ferrão Afonso**

### **1 - A Foz do Douro**

Na Foz do Douro existia, entre o rio e o mar, no local onde hoje se ergue a fortaleza de S. João da Foz, uma ermida que alguns historiadores admitem ter sido fundada no início do século IX, em época da Reconquista asturiana, ou talvez mesmo antes. Outros, porém, apontam para o século XII, já que em 1145 surge a primeira referência documental a ela e à herdade que lhe estava associada, que são nessa altura doadas por D. Afonso Henriques a um grupo de eremitas premonstratenses de Riba de Paiva, instalados na ermida do Paiva. Essa comunidade seria extinta, revertendo a posse da herdade para o Monarca. Esse território será, em Julho de 1211, coutado e doado ao mosteiro beneditino de Santo Tirso por D. Mafalda, filha de D. Sancho I. Junto da ermida, apenas um ermitão habitava num anexo, como se indica nas Inquirições de 1285; será a partir desse núcleo, como sucedeu noutros locais, que se estabeleceu a freguesia de São João da Foz.

Quando das Inquirições de 1285, referem-se 37 casais e 14 cabanas no couto beneditino, que teria provavelmente pouco mais de cem habitantes, na sua maioria pescadores; a sua frota marítima integrava seis barcas pequenas, uma caravela e vinte barcas saveiras. O local onde se realizava a pescaria designava-se *Cantararya* – Cantareira –, talvez o núcleo urbano mais antigo do lugar e suficientemente afastado da foz para gozar de alguma segurança e ser, simultaneamente, um ancoradouro protegido dos ventos dominantes pelo vizinho Monte Belo. Na Cantareira, viria a existir uma igreja com um hospício junto, fundada em 1340 e reedificada em 1391, cujo orago será, no século XVI, a Senhora da Lapa.

A Foz desenvolveu-se muito, em termos económicos e demográficos, desde os finais do século XV, e foi uma póvoa marítima, no sentido que à palavra concedeu Alberto Sampaio. Segundo o numeramento de 1527, possuía já 286 habitantes. O lugar, junto ao Douro, formava por essa época um sistema de rua/quarteirão típico do urbanismo português dos finais da Idade Média, estruturado por uma rua central, chamada Rua Direita ou da Igreja (atual Padre Luís Cabral), por conduzir à antiga ermida beneditina. No seu trajeto, essa via atravessava uma praça onde se erguerá, nos finais do século, a capela de Santa Anastácia e onde se reunia o concelho da localidade. Essa rua era ladeada,

a norte e a sul, por outras duas vias paralelas, conjunto que, por sua vez, era atravessado por uma série de perpendiculares irregularmente dispostas: rua da Pedreira, rua de Cima, rua da Cantareira, rua das Motas, entre outras. A nascente, a rua Direita deixava o Monte e, para além dele, a sul, a Cantareira e a ermida de São Sebastião (atualmente com a invocação de Nossa Senhora da Conceição), limite do lugar a nordeste, antes de se transformar em estrada e dirigir-se ao Porto; a poente, infletia, após a praça, para sudoeste, curvando-se para junto da igreja matriz, construída no local da antiga ermida, pelo bispo de Viseu e abade de Santo Tirso, D. Miguel da Silva. O plano formava uma grelha retangular topograficamente irregular, com quarteirões de grandes dimensões dispostos entre a Cantareira e a casa beneditina; o braço inferior da grelha, nas proximidades do rio, que entre esses dois locais formava uma enseada onde se abria a Poça da Gamela, designou-se Ribeira ou rua da Ribeira.

A Cantareira situava-se junto do limite nascente do couto – o marco separador ficava nas designadas Pedras Ruivas, entre ela e a zona das Sobreiras – que aí fazia fronteira com o senhorio de João Rodrigues de Sá, o alcaide-mor do Porto e senhor de Bouças, a cujo julgado a Foz pertencia. A fronteira entre Lordelo e a Foz era desenhada por uma linha que seguia das Pedras Ruivas até ao então designado Monte do Viso; daí, infletia para as “Lagoas” e, depois, coincidia com a ribeira do Padronelo que desaguava em Gondarém.

A nascente e norte do núcleo urbano piscatório, existiam três casais agrícolas: o da Agra e do Crasto, a Norte, o de S. Sebastião, que alcançava o rio Douro e provavelmente deveu o seu nome à ermida que rematava a rua Direita, a nascente; ao longo do século XVI e boa parte do XVIII, algumas parcelas foram-se desagregando destes casais. Não perderam, contudo, a sua especificidade agrícola.

As grandes alterações ocorreram no século XVIII. Em 1732, a população da Foz já era de 1806 habitantes e, ao longo de Setecentos, o progressivo crescimento económico e demográfico do vizinho Porto refletiu-se no povoado. As ligações entre os dois núcleos tornaram-se um tema central da organização do território portuense, com consequências, não só no acelerar da urbanização do couto, como na profunda transformação da qualidade da sua população, até aí quase exclusivamente de pescadores e, em menor número, de agricultores. Na década de oitenta, o Porto possuía cerca de 60 000 habitantes, o dobro daqueles que tinha em 1732, meio século antes. Em 1782, a Junta das Obras Públicas começa a abrir ruas na zona ocidental da cidade, num processo de regularização e articulação do plano urbano associado ao crescimento demográfico, orientando-as na

direção do Atlântico. Surge então, em 1784, a primeira fase da rua da Boavista, entre o Campo de Santo Ovídio (atual praça da República) e as proximidades da rua de Cedofeita. Se a Boavista viria a ligar a zona alta da cidade ao castelo do Queijo, exponenciando e enquadrando a expansão urbana de Nevogilde e do Norte da Foz do Douro, a sul, junto ao rio, construíram-se, entre 1790 e 1795, uma série de cais em Monchique e Massarelos, entre eles o Cais das Pedras. À sua construção esteve associada a abertura da marginal e de espaços públicos como a Alameda de Massarelos, anunciando a ligação, pela marginal, à Foz. Simultaneamente, uma série de projetos vão contribuir para melhorar a acessibilidade da barra do Douro, algo que preocupava as autoridades pelo menos desde o século XV. A construção dos cais a ela associados permitirá também ganhar novas zonas urbanizáveis ao rio. Todas essas alterações estão associadas a uma outra: é também nos finais do século XVIII que começam a surgir os banhos de mar, tanto por moda como por conselho dos médicos, para curar várias doenças. Essa conjugação de fatores está na base de uma profunda alteração da paisagem urbana da Foz, sobretudo sensível a partir da década de cinquenta, mas com alguns anúncios anteriores.

## **2 - A Casa e Quinta do Paraíso e Alberto Álvares Ribeiro**

Com as alterações registadas atrás, os antigos casais de origem medieval, que ocupavam grandes áreas, começam a desagregar-se em unidades mais pequenas e a ceder terrenos para urbanização. A agricultura, contudo, não seria já a única atividade a ser praticada nessas unidades, ou quintas: elas foram, sobretudo, locais de vilegiatura. Surge, assim, no início do século XIX, na área do casal de S. Sebastião, a Quinta do Monte, com porta para a rua Direita, frente à ermida de S. Sebastião. O seu primeiro proprietário foi Willem Frederik (1772-1843), Príncipe de Nassau/Orange, um general holandês do exército de Wellington, que na documentação do mosteiro beneditino da Foz surge indicado como “Guilherme de Nassau” e viria a ser rei da Holanda com o título de Wilhelm Frederik I. Mais tarde, a quinta chamou-se também do “Romulado” e da Boavista, alcançando a capela da Senhora da Ajuda, já em Lordelo do Ouro. A Quinta do Paraíso, porém, não é nomeada na documentação beneditina, que alcança o início da década de cinquenta, mesmo após a extinção das ordens religiosas em 1834 e da desamortização que se lhe seguiu. O antigo couto foi extinto e a Foz foi então, e de forma

fugaz, um município que durou apenas quinze meses; se, na realidade, a origem da quinta parece estar associada à nova ordem liberal, ela resultou, sobretudo, de um conjunto de fatores sociais, urbanísticos e culturais, estes últimos associados à ideia de vilegiatura ou, mais precisamente, aos banhos. Com efeito, se, nos finais do século XVIII e início do seguinte, surgem as primeiras notícias dessa prática, originando mesmo um incremento do mercado de aluguer sazonal de habitações, acompanhado pela adoção, por parte de alguns membros da população, da profissão de banheiro, só a partir dos meados do século ela se imporá definitivamente como o grande motor da alteração das paisagens urbana e rural da Foz. A estrada marginal para o Porto seria inaugurada em 1865 e, logo depois, passou a ser percorrida pelo “americano”, inaugurado em 1872. Contudo, se este contribuiu decisivamente para tornar os banhos um fenómeno de massas, já anteriormente a comunidade inglesa, logo seguida por algumas das famílias da elite portuense, havia começado a construir casas para férias na Foz: uma das mais antigas foi a de Maria Antónia Ferreira, a “Ferreirinha”, no gaveto entre as atuais ruas do Alto de Vila e Travessa do Alto de Vila. Em 1870, pouco antes da inauguração do “americano”, outro projeto urbanístico tornará ainda mais atraente a zona da Foz: a encomenda do plano do jardim do Passeio Alegre ao paisagista alemão Emílio David. Embora a sua construção só se iniciasse em 1888, a Foz ganhava em urbanidade, aproximando-se do ambiente dos grandes lugares europeus de vilegiatura. Sobretudo, tornou-se o local capaz de atrair não só a burguesia mais próspera do Nordeste do País como as famílias da aristocracia tradicional do Porto

A Quinta do Paraíso inscreve-se, portanto, na versão aristocrática do movimento de vilegiatura. Tudo indica que tenha tido origem no Casal de S. Sebastião e, para a sua existência, foi também determinante a proximidade a um caminho de ligação ao Porto, alternativo ao da marginal. Tratava-se de um percurso de origem medieval, ou mesmo anterior, que passava pela Pasteleira, ou “Monte do Pasteleiro”, e seguia para a cidade, originando a atual rua do Campo Alegre. O primeiro registo conhecido, documental ou iconográfico, da existência da quinta e da sua habitação é tardio: na planta de 1892, de Teles Ferreira, ambas estão nitidamente representadas. A sua entrada principal era por uma transversal da rua Direita, à época chamada rua Central, designada rua do Paraíso.

Dois anos antes, em 1890, a população da Foz era de 5081 habitantes e o Passeio Alegre, concluído nesse mesmo ano, enchia-se de chalés burgueses. Ao contrário do requinte “fin de siècle” dos chalés, a alongada e esguia residência da quinta, com três pisos e uma longa fachada voltada à barra do Douro, interrompida por um torreão central

mais elevado, evidencia uma simplicidade quase conventual. Possuía uma capela privativa, um jardim geométrico na sua zona posterior e, ladeando o pátio frente ao frontispício, que abria para a rua, dispunham-se as cocheiras. Não foi possível apurar a data da sua construção, embora no Arquivo Municipal conste um pedido de licença de obra, requerido por Torcato Álvares Ribeiro em 8 de fevereiro de 1887, relativo ao alteamento do muro de vedação de um terreno na Rua do Paraíso, que poderá estar associado à edificação do conjunto. No requerimento, Torcato Álvares Ribeiro intitula-se proprietário do terreno; sendo assim, seria igualmente proprietário da quinta.

Torcato Álvares Ribeiro foi irmão de um portuense ilustre, o engenheiro Alberto Álvares Ribeiro (1842-1926). Nascido na freguesia da Sé do Porto, era filho de Joaquim Torquato Álvares Ribeiro (1803-1868), proprietário da Oficina Álvares Ribeiro, lente da Academia Politécnica do Porto e diretor da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, e de sua mulher Jerónima Júlia do Vale Pereira Cabral (1804-1903). Esta última foi proprietária de uma casa da rua das Flores, atualmente um hotel, que era conhecida por Casa dos Constantinos e ainda ostenta as armas da família Pereira Cabral na sua entrada posterior, voltada à rua de Nossa Senhora da Vitória. Alberto Álvares Ribeiro viria a casar com uma sua prima direita Maria da Natividade do Vale Pereira Cabral (1844-1831), filha de Constantino do Vale Pereira Cabral (1806-1873) e de Maria Emília Ribeiro Coelho (1818-1836). Maria da Natividade era, portanto, igualmente proveniente da Casa dos Constantinos da rua das Flores e irmã do pedagogo, pregador e filósofo jesuíta Padre Luís Cabral (1866-1939), que viria a dar o nome à antiga rua Direita da Foz, onde a família Pereira Cabral tinha, igualmente, uma casa de vilegiatura onde, aliás, nasceu.

Como o seu irmão Torquato, Alberto Álvares Ribeiro tirou o curso de Engenharia Civil de Pontes, de Estradas e de Minas na Academia Politécnica do Porto. Ambos acompanharam algumas das obras mais importantes da sua época, por exemplo, a Ponte D. Maria Pia e os túneis de S. Bento e da Alfândega; foi Alberto Álvares Cabral que projetou o terceiro piso da Alfândega do Porto, que não estava contemplado no plano inicial. Depois de Torquato ter morrido em 1902, Alberto Álvares Ribeiro veio a ser diretor, até falecer, da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, seguindo as pisadas de seu pai. Viveu a maior parte da sua vida na Casa-Oficina Álvares Ribeiro, na Rua Chã, que foi editora de muitos títulos, entre outros, do importante jornal Periódico dos Pobres (1834-1858), órgão do partido cartista que foi o mais notável do Porto oitocentista. Na origem da Casa Álvares Ribeiro, esteve a Fabrica de Papel em S.

Paio, Moreira de Cónegos, atual concelho de Vizela, fundada em 1789 por um seu antepassado, o industrial gráfico e livreiro António Álvares Ribeiro, que viria a ser registada, em 1889, com o nome de Fábrica de Papel de Vizela. Em 1935, após o falecimento de Maria da Natividade do Vale Pereira Cabral, viúva de Alberto Álvares Ribeiro, foi efetuado o último registo da atividade papeleira da “Fabrica de Vizela”. Desativada, a Fábrica seria vendida em 1940 por uma filha de Alberto e Maria da Natividade, a madre doroteia Maria Máximo Cabral Álvares Ribeiro.

Após a implantação da República, em 1911, Alberto Álvares Ribeiro chegou a ser preso, com outros católicos portuenses como o diretor do jornal “A Ordem”, Padre Nestor Serafim Gomes, pelas suas convicções na defesa da liberdade religiosa. Passou então a viver todo o ano, e não apenas no Verão como até então, na Casa da Quinta do Paraíso, aí vindo a falecer em 12 de Janeiro de 1926.

A casa e a quinta viriam a ser legadas ao Seminário Maior do Porto por testamento de Maria Lúcia Maciel da Costa Ribeiro, datado de 15 de Abril de 1963. Maria Lúcia Maciel da Costa Ribeiro, que faleceu na Ordem do Carmo, cumpriu desse modo a vontade do seu marido Francisco José Cabral Alvares Ribeiro, falecido em 1949 e filho de Alberto Álvares Ribeiro. Em Outubro de 1963, a casa começou a funcionar como Seminário Menor, mantendo-se nessas funções até 1966/67. Viria posteriormente a ser utilizada como residência sacerdotal e sede da Acção Católica até que, em 1980, foram iniciadas as obras de adaptação para a instalação do primeiro ano da licenciatura em Direito da Universidade Católica, que viria a ocorrer em Maio desse ano.

Desde então, a casa está entregue em comodato à Universidade Católica Portuguesa, tendo passado a acolher as atividades das diferentes Faculdades, Escolas e Institutos do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

Porto, 28 de Abril de 2016

José Ferrão Afonso